01. Dr. Ayrton registrou devidamente sua sociedade unipessoal de advocacia sediada no Estado do Paraná, e pretende constituir, ainda, filial no Estado de Minas Gerais. Considerando-se a situação narrada, marque a opção verdadeira:

a) Para que a sociedade unipessoal de Dr. Aytron possa constituir, na forma da lei, filial em outra Seção da OAB, o mesmo deverá convertê-la em sociedade pluripessoal de advocacia.
b) É possível a constituição de filial de sociedade unipessoal em outra Seção da OAB, desde que haja a averbação no registro societário, arquivamento na Seção onde a filial for se instalar, ficando Dr. Ayrton, neste caso, obrigado de promover a denominada inscrição suplementar.
c) É possível a constituição de filial de sociedade unipessoal em outra Seção da OAB, desde que haja a averbação no registro societário, arquivamento na Seção onde a filial for se instalar, ficando Dr. Ayrton, neste caso, desobrigado de promover a denominada inscrição suplementar.
d) Por se tratar de sociedade unipessoal de advocacia, equiparada, portanto, à firma individual, não poderá Dr. Ayrton, neste caso, constituir filial em outra Seção da OAB.

02. Dra. Janaína, advogada, foi regularmente constituída procuradora nos autos de um procedimento disciplinar em que seu cliente figura como representado. No curso das apurações, Dra. Janaína apresentou algumas razões e quesitos, os quais foram desconsiderados pela autoridade competente, sob o argumento de que, no procedimento disciplinar, a constituição de advogado é meramente facultativa. No tocante aos direitos do advogado, marque a opção verdadeira.

a) Assiste razão à autoridade, podendo Dra. Janaína, caso não esteja de acordo, pugnar pela anulabilidade da apuração.
b) Dra. Janaína nada poderá fazer na fase administrativa, mas poderá submeter a questão ao Poder Judiciário, pugnando pela irregularidade do feito disciplinar.
c) É direito da advogada apresentar razões e quesitos no processo disciplinar em comento, assim como participar de todos os atos praticados, sob pena de nulidade absoluta.
d) Dra. Janaína poderá participar de todos os atos da investigação, ressalvado o interrogatório ou depoimento do representado, que é personalíssimo.

Anotações

03. Dra. Emanuele, advogada, adotou uma criança há algumas semanas, ocasião em que foi intimada a comparecer e/ou sustentar oralmente razões de recurso interposto perante o Tribunal de Justiça de seu Estado. À luz dos direitos da advogada previstos no Estatuto da Advocacia e da OAB (EAOAB), responda:

a) Dada a circunstância supra, Dra. Emanuele terá direito, em qualquer hipótese, à suspensão dos prazos processuais nos feitos em que atua.
b) Dra. Emanuele tem direito à vaga de garagem reservada no respectivo Tribunal.
c) Dra. Emanuele terá direito de se recusar a se submeter à detecção de metal na entrada do Tribunal de Justiça.
d) Dra. Emanuele faz jus à preferência na ordem de julgamento, mediante comprovação de sua situação.

04. Dr. Fabiano, advogado militante, aproveitou seus estudos para aprimoramento profissional e se submeteu a concurso público sendo aprovado, nomeado e empossado em função junto à Receita Federal do Brasil. Dr. Fabiano, que se considera advogado, a título de experiência, pretende exercer referida função por pouco tempo, para na sequência retornar à atividade advocatícia o quanto antes. Sendo assim, deverá Dr. Fabiano:
a) requerer o cancelamento de sua inscrição.
b) requerer junto à OAB o licenciamento de sua inscrição, por motivo justificado.
c) solicitar a suspensão de sua inscrição.
d) solicitar a anotação do referido impedimento em sua ficha funcional.

05. Dr. Pedro é advogado público, estando sujeito, portanto à fiscalização de sua respectiva Corregedoria e respondendo nos termos da legislação própria a que está subordinado. Sendo assim, Dr. Pedro pretende desligar-se da Ordem dos Advogados do Brasil.

a) O advogado público, por estar sujeito à legislação própria, responde disciplinarmente perante sua Corregedoria, não havendo, pois, por parte da OAB, razão para fiscalizar-lhe o exercício profissional.
b) Dr. Pedro responde disciplinarmente, de forma simultânea, perante a OAB e à sua Corregedoria, nos termos da legislação em vigor.
c) Por se tratar de advogado, compete apenas à OAB fiscalizar o exercício profissional de Pedro, restando afastada, excepcionalmente, a sujeição do mesmo a qualquer outro órgão disciplinar.
d) Dr. Pedro deverá, por ocasião de sua posse, optar se pretende, ou não, manter sua inscrição na OAB ativa, situação que, caso mantida, ensejará na possibilidade de fiscalização por parte de ambos os órgãos – OAB e serviço público a que estiver vinculado.

Anotações

06. O advogado F recebe do seu cliente WW determinada soma em dinheiro para aplicação em instrumentos necessários à exploração de jogo não autorizado por lei.
Nos termos do Estatuto da Advocacia, a infração disciplinar
a) decorre somente se o advogado exige o valor para aplicação ilícita.
b) surge diante do recebimento para aplicação ilícita.
c) inocorre, pois se trata de mero ilícito moral.
d) é descaracterizada por ausência de previsão legal.

07. O Presidente de determinada Seccional da OAB recebeu representação contra advogado que nela era inscrito por meio de missiva anônima, que narrava grave infração disciplinar. Considerando a via eleita para a apresentação da representação, foi determinado o arquivamento do expediente, sem instauração de processo disciplinar. Pouco tempo depois, foi publicada matéria jornalística sobre investigação realizada pela Polícia Federal que tinha como objeto a mesma infração disciplinar que havia sido narrada na missiva anônima e indicando o nome do investigado naquele procedimento inquisitorial. Com base na reportagem, foi determinada, pelo Presidente da Seccional, a instauração de processo disciplinar.
Sobre o procedimento adotado pelo Presidente da Seccional em questão, assinale a afirmativa correta.
a) Deveria ter instaurado processo disciplinar quando recebeu a missiva anônima.
b) Não poderia ter instaurado processo disciplinar em nenhuma das oportunidades.
c) Deveria ter instaurado processo disciplinar em qualquer uma das oportunidades.
d) Poderia ter instaurado processo disciplinar a partir da publicação da matéria jornalística.

Anotações

08. Severino, advogado, é notório conhecedor das normas procedimentais e disciplinares do Estatuto da Advocacia e da OAB, bem como de seu regulamento, atuando na defesa de colegas advogados em processos disciplinares. Recentemente, Severino foi eleito conselheiro, passando a exercer essa função em certo Conselho Seccional da OAB. Considerando o caso descrito, assinale a afirmativa correta.
a) Severino não poderá, enquanto exercer a função de conselheiro, atuar em processos disciplinares que tramitem perante qualquer órgão da OAB, sequer em causa própria.
b) Severino não poderá, enquanto for conselheiro, atuar em processos disciplinares que tramitem perante o Conselho Seccional onde exerce sua função. Porém, perante os demais conselhos, não há vedação à sua atuação, em causa própria ou alheia.
c) Severino não poderá, enquanto for conselheiro, atuar em processos disciplinares que tramitem perante o Conselho Seccional onde exerce sua função e o Conselho Federal da OAB. Porém, perante os demais conselhos, não há vedação à sua atuação, em causa própria ou alheia.
d) Severino não poderá, enquanto exercer a função, atuar em processos disciplinares que tramitem perante qualquer órgão da OAB, salvo em causa própria.

09. O advogado Inácio foi indicado para defender em juízo pessoa economicamente hipossuficiente, pois no local onde atua não houve disponibilidade de defensor público para tal patrocínio. Sobre o direito de Inácio à percepção de honorários, assinale a afirmativa correta.
a) Os honorários serão fixados pelo juiz, apenas em caso de êxito, de natureza sucumbencial, a serem executados em face da parte adversa.
b) Os honorários serão fixados pelo juiz, independentemente de êxito, segundo tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB e pagos pelo Estado.
c) Os honorários serão fixados pelo juiz, apenas em caso de êxito, independentemente de observância aos patamares previstos na tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB, a serem pagos pelo Estado.
d) Os honorários serão fixados pelo juiz, independentemente de êxito, segundo tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB, e pagos pelo patrocinado caso possua patrimônio, a ser executado no prazo de cinco anos, a contar da data da nomeação.

Anotações

10. A advogada Ana encontra-se no quinto mês de gestação. Em razão de exercer a profissão como única patrona nas causas em que atua, ela receia encontrar algumas dificuldades durante a gravidez e após o parto. Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.
a) O Estatuto da OAB confere a Ana o direito de entrar nos tribunais sem submissão aos detectores de metais, vagas reservadas nas garagens dos fóruns onde atuar, preferência na ordem das audiências a serem realizadas a cada dia e suspensão dos prazos processuais quando der à luz.
b) O Estatuto da OAB não dispõe sobre direitos especialmente conferidos às advogadas grávidas, mas aplicam-se a Ana as disposições da CLT relativas à proteção à maternidade e à trabalhadora gestante.
c) O Estatuto da OAB confere a Ana o direito de entrar nos tribunais sem submissão aos detectores de metais e preferência na ordem das audiências a serem realizadas a cada dia, mas não dispõe sobre vagas reservadas nas garagens dos fóruns e suspensão dos prazos processuais quando der à luz.
d) O Estatuto da OAB confere a Ana o direito de entrar nos tribunais sem submissão aos detectores de metais, preferência na ordem das audiências a serem realizadas a cada dia e vagas reservadas nas garagens dos fóruns, mas não dispõe sobre suspensão dos prazos processuais quando der à luz.

11. Tânia, advogada, dirigiu-se à sala de audiências de determinada Vara Criminal, a fim de acompanhar a realização das audiências designadas para aquele dia em feitos nos quais não oficia. Tânia verificou que os processos não envolviam segredo de justiça e buscou ingressar na sala de audiências no horário designado. Não obstante, certo funcionário deu-lhe duas orientações. A primeira orientação foi de que ela não poderia permanecer no local se todas as cadeiras estivessem ocupadas, pois não seria autorizada a permanência de advogados de pé, a fim de evitar tumulto na sala. A segunda orientação foi no sentido de que, caso ingressassem na sala, Tânia e os demais presentes não poderiam sair até o fim de cada ato, salvo se houvesse licença do juiz, para evitar que a entrada e saída de pessoas atrapalhasse o regular andamento das audiências. Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.
a) A primeira orientação dada pelo funcionário viola os direitos assegurados ao advogado, pois Tânia possui o direito de permanecer, mesmo que de pé, na sala de audiências. Todavia, a segunda orientação coaduna-se com o poder-dever do magistrado de presidir e evitar tumulto no ato judicial, não violando, por si, direitos normatizados no Estatuto da OAB.
b) A segunda orientação dada pelo funcionário viola os direitos assegurados ao advogado, pois Tânia possui o direito de retirar-se a qualquer momento, indepentemente de licença do juiz, da sala de audiências. Todavia, a primeira orientação coaduna-se com o poder-dever do magistrado de presidir e evitar tumulto no ato judicial, não violando, por si, direitos normatizados no Estatuto da OAB.
c) Ambas as orientações violam os direitos assegurados, pelo Estatuto da OAB, ao advogado, pois Tânia possui o direito de permanecer, mesmo que de pé, na sala de audiências, bem como de se retirar a qualquer momento, indepentemente de licença do juiz.
d) Nenhuma das orientações viola os direitos assegurados ao advogado, pois se coadunam com o poder-dever do magistrado de presidir e evitar tumulto no ato judicial, não contrariando, por si sós, direitos normatizados no Estatuto da OAB.

Anotações

12. Certa sociedade de advogados, de acordo com a vontade do cliente, emitiu fatura, com fundamento no contrato de prestação de serviços advocatícios. Em seguida, promoveu o saque de duplicatas quanto ao crédito pelos honorários advocatícios. Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.
a) É vedada a emissão da fatura, com fundamento no contrato de prestação de serviços, bem como não é autorizado o saque de duplicatas quanto ao crédito pelos honorários advocatícios.
b) É autorizada a emissão de fatura, com fundamento no contrato de prestação de serviços, se assim pretender o cliente, sendo também permitido que posteriormente seja levada a protesto. Todavia, é vedado o saque de duplicatas quanto ao crédito pelos honorários advocatícios.
c) É autorizada a emissão de fatura, com fundamento no contrato de prestação de serviços, se assim pretender o cliente, sendo vedado que seja levada a protesto. Ademais, não é permitido o saque de duplicatas quanto ao crédito pelos honorários advocatícios.
d) É vedada a emissão de fatura, com fundamento no contrato de prestação de serviços, mas é permitido que, posteriormente, seja levada a protesto. Ademais, é permitido o saque de duplicatas quanto ao crédito pelos honorários advocatícios.

13. Em determinada edição de um jornal de grande circulação, foram publicadas duas matérias subscritas, cada qual, pelos advogados Lúcio e Frederico. Lúcio assina, com habitualidade, uma coluna no referido jornal, em que responde, semanalmente, a consultas sobre matéria jurídica. Frederico apenas subscreveu matéria jornalística naquela edição, debatendo certa causa, de natureza criminal, bastante repercutida na mídia, tendo analisado a estratégia empregada pela defesa do réu no processo. Considerando o caso narrado e o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a afirmativa correta.
a) Lúcio e Frederico cometeram infração ética.
b) Apenas Lúcio cometeu infração ética.
c) Apenas Frederico cometeu infração ética.
d) Nenhum dos advogados cometeu infração ética.

Anotações

14. O advogado Gennaro exerce suas atividades em sociedade de prestação de serviços de advocacia, sediada na capital paulista. Todas as demandas patrocinadas por Gennaro tramitam perante juízos com competência em São Paulo. Todavia, recentemente, a esposa de Gennaro obteve trabalho no Rio de Janeiro. Após buscarem a melhor solução, o casal resolveu que fixaria sua residência, com ânimo definitivo, na capital fluminense, cabendo a Gennaro continuar exercendo as mesmas funções no escritório de São Paulo. Nos dias em que não tem atividades profissionais, o advogado, valendo-se da ponte área, retorna ao domicílio do casal no Rio de Janeiro. Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

a) O Estatuto da Advocacia e da OAB impõe que Gennaro requeira a transferência de sua inscrição principal como advogado para o Conselho Seccional do Rio de Janeiro.

b) O Estatuto da Advocacia e da OAB impõe que Gennaro requeira a inscrição suplementar como advogado junto ao Conselho Seccional do Rio de Janeiro.

c) O Estatuto da Advocacia e da OAB impõe que Gennaro requeira a inscrição suplementar como advogado junto ao Conselho Federal da OAB.

d) O Estatuto da Advocacia e da OAB não impõe que Gennaro requeira a transferência de sua inscrição principal ou requeira inscrição suplementar.

Anotações